

Trabalho e reprodução cotidiana: apresentação



Elisabete Dória Bilac*

Os artigos que se seguem foram discutidos durante a mesa-redonda Trabalho e Reprodução Cotidiana que teve o prazer de coordenar durante o VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Brasília em outubro de 1992. Os textos de Iracema Brandão Guimarães e de Vera Telles foram publicados em sua forma original nos *Anais do VIII Encontro* e, posteriormente, modificados. O texto de Vania Salles, assim como os comentários de Nadya Castro, estão sendo divulgados pela primeira vez.

Com a publicação conjunta destes artigos pretende-se trazer ao leitor da RBEP uma visão do estado atual de uma reflexão de longa trajetória na ABEP e de profunda importância para os estudos de população: as inter-relações entre trabalho e família. Em sua articulação (no que têm em comum mas também nas suas divergências), estes artigos contribuem de forma muito sugestiva para o mapeamento das principais questões que hoje informam essa reflexão.

Neste sentido, e tomando-se como referência a própria evolução dessa temática no interior da ABEP, em especial, mas não exclusivamente, durante o período de existência do GT Força de Trabalho (1982-86) (1), valeria a pena sinalizar, ainda que de forma não exaustiva,

algumas das reformulações por que vêm passando certos eixos de análise.

Em primeiro lugar, cabe assinalar um certo deslocamento na apreensão da reprodução. Campo analítico em permanente construção, povoado de termos ambivalentes, referências a distintas instâncias teóricas, a "reprodução" continua a ser um grande desafio para os cientistas sociais, dando margem a polêmicas e controvérsias.

Neste contexto, nota-se a tendência de, cada vez mais, compreender-se as relações entre trabalho e família de uma perspectiva multidimensional, para além das exigências da "reprodução da força de trabalho para o capital" (Oliveira e Salles, 1991). Assumindo-se a complexidade e a variedade dos processos que garantem a manutenção *transformada* da sociedade ao longo do tempo, tais relações não são referidas apenas às condições de vida vigentes em diferentes grupos e categorias sociais, como também ao modo como tais condições são "vividas, sentidas e percebidas" pelos sujeitos sociais. Não se trata tanto de pensar a reprodução *de* grupos e categorias sociais, mas, antes, pensar como ocorre, *nestes* grupos, a reprodução cotidiana e geracional de sujeitos sociais. Esta reprodução passa necessariamente por um

* Pesquisadora visitante junto ao Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenadora de pesquisa do Programa Latino-Americano de População (Prolap/CLACSO).

(1) É preciso deixar claro que esta discussão teve início *antes* da constituição do GT e prolongou-se *após* o seu encerramento, porém dispersa em vários grupos e sessões.

complexo de práticas de outra ordem – emocionais, sociais, culturais –, em suma, pela constituição de um modo de vida cuja lógica não obedece necessariamente a uma racionalidade puramente econômica. Neste sentido, sua compreensão envolve também a análise e a consideração de outras relações sociais: do sistema de gênero, das relações entre as gerações, da inserção étnica, contra o pano de fundo das transformações da cidadania, da (des)organização do mercado de trabalho e da reorganização produtiva, dos avanços e recuos das políticas sociais (Bilac, 1995). Enfim, a “articulação entre produção e reprodução” não se esgota, decerto, nas inter-relações múltiplas entre família e trabalho, mas, seguramente, existe aí todo um imenso conjunto de questões para as quais ainda não temos todas as respostas (Barrère-Maurisson *et al.*, 1984).

O caminho, porém, se faz ao caminhar. Boa parte dos avanços parece ter sido possível pela introdução da perspectiva de gênero tanto nas análises do trabalho quanto nas análises da família, não como uma perspectiva alternativa à referida às classes sociais, mas como complementação necessária desta, na medida em que se reconhece a consubstancialidade dos mecanismos de classe e gênero na configuração do mundo do trabalho e das estratégias familiares de reprodução cotidiana (Battagliola *et al.*, 1990).

Do lado do trabalho, essa perspectiva contribuiu para mostrar que este tem sexo, o qual se manifesta nas oportunidades diferenciais de acesso a atividades econômicas para homens e mulheres, nas condições em que são exercidas, nas remunerações que permitem, nas reivindicações que ensejam (Lobo, 1991). Mesmo em plena época de “globalização” e reorganização produtiva, acompanhada de expressivo crescimento do emprego feminino, um contingente significativo de mulheres continua alocado, de forma precária, em atividades tradicionalmente

vinculadas a habilidades e qualidades “femininas”, não se tendo muita certeza de quais os efeitos do novo cenário econômico sobre a segmentação por gênero do mercado de trabalho (Abramo, 1994).

Do lado da família, a introdução do gênero permitiu o repensar da participação de homens e mulheres na reprodução e toda uma reavaliação do modo como é construída (e reproduzida) a divisão sexual de papéis no espaço doméstico, assim como o seu corolário lógico, a subordinação feminina, mostrando como sua suposta “naturalidade” é social, cultural e economicamente produzida e que, nesta produção, a ocultação do valor social do trabalho doméstico (e de sua realizadora) não tem um caráter puramente econômico, realizando-se também por meio de mecanismos de poder inscritos em práticas cotidianas e culturalmente legitimados. Porque a perspectiva de gênero não é apenas o reconhecimento dos “diferenciais de sexo”, mas a abordagem que busca estabelecer as relações entre estas diferenças, na tentativa de explicar a complementaridade antagônica e assimétrica entre elas (De Barbieri, 1994).

Por exemplo, as diferenças de participação entre homens e mulheres na força de trabalho não são meramente quantitativas, ou estanques, mas se interpenetram mutuamente. Em primeiro lugar, cabe a reflexão sobre a incorporação do gênero na competição intertrabalhadores e sobre como o maior envolvimento na reprodução, sob diversos aspectos, realmente fragiliza a participação feminina na produção. Mais ainda – e isso é menos óbvio –, é preciso também pensar qual a importância do envolvimento feminino na reprodução para as atividades produtivas masculinas.

Não se trata apenas de precisar a relação econômica entre as duas atividades – o trabalho produtor de mercadorias e o trabalho doméstico –, mas de tentar entender por que a relação entre elas se estabelece e se repõe enquanto divisão *sexual* do trabalho, funcionando como

princípio organizador não apenas da participação de homens e mulheres na produção e na reprodução, como também da própria articulação entre produção e reprodução.

Esta questão poderia ser melhor examinada de um ângulo particular: em que medida o aumento da participação feminina na produção altera a participação masculina na reprodução?

O tema vem engendrando uma grande discussão. As taxas de participação feminina alcançadas nos países ricos são altas o suficiente para permitir uma avaliação mais geral que, a julgar pela bibliografia feminista recente, é bastante pessimista: a crescente participação da mulher nas atividades produtivas, longe de provocar uma reorganização mais igualitária das relações entre os gêneros, parece corresponder a uma crescente minimização da participação masculina na reprodução (Badinter, 1992). Os homens dividem com as mulheres a sua tradicional função de provedor da casa (*breadwinner*) sem, contudo, partilharem com elas as funções tradicionalmente femininas: os encargos domésticos e maternos. Abre-se, assim, espaço para a reflexão sobre as dimensões extra-econômicas inscritas no "modelo do provedor", bem como sobre as relações entre a persistência ou transformação neste modelo e o modo de inserção feminina na força de trabalho. Até que ponto uma inserção precária da mulher no mundo do trabalho consegue mudar as relações de gênero no espaço doméstico? Até que ponto uma inserção bem-sucedida não contribui para reduzir ainda mais a participação masculina na reprodução, já restrita, nas sociedades industriais, a esta função de mantenedor do lar? Que impactos estas mudanças recentes teriam nas identidades de gênero?

Caberia ainda mencionar o processo que De Barbieri chama de "interpenetração" do sistema de gênero pelo sistema de gerações, ou seja, de como relações estabelecidas entre homens e mu-

lheres nas fases do ciclo de vida correspondentes ao desempenho pleno da capacidade produtiva e reprodutiva funcionam como parâmetros para a construção social e diferenciada dos ciclos de vida masculino e feminino, em sua totalidade, atribuindo sentidos e significados às demais fases (De Barbieri, 1994). Neste sentido, a "menina" e a "velha", o "jovem" e o "velho" são estereótipos sociais referidos a transformações corporais envolvidas em imagens de gênero e manipuláveis em termos de poder, contribuindo para a exploração e o abuso das crianças, a sobrecarga no trabalho, a violência contra as mulheres, o desvalimento dos velhos (principalmente das mulheres velhas).

Estas questões não são as únicas a povoar o complexo campo da articulação entre produção e reprodução, cujos meandros mal estamos começando a desvendar. Uma outra dimensão importante a ser explorada é aquela permitida pelas diferenças étnicas. As migrações internacionais e a conseqüente formação de enclaves étnicos nos países receptores propiciam um riquíssimo campo de análise de como mecanismos de classe, gênero e etnia operam conjuntamente na segmentação do mercado de trabalho e dos impactos da inserção neste mercado na organização da vida familiar dos migrantes (Bilac, 1994). Mas nem se precisaria ir tão longe: basta pensar nas profundas clivagens existentes entre as condições de vida e de trabalho de homens e mulheres brancos e negros em nosso país.

Toda esta discussão está ainda cheia de dúvidas, de contradições e de ambigüidades, demandando uma teoria mais bem acabada. A procura desta teoria faz parte da efervescência criativa que é o lado positivo da atual "crise das Ciências Sociais". De toda forma, as indagações que já se colocam, ainda que em formulações provisórias e incompletas, constituem uma referência importante para a análise dos aspectos demográfi-

cos dos processos que caracterizam este final do milênio em nosso país: a incrível queda da fecundidade, o crescimento do trabalho feminino, a diversificação dos ar-

ranjos familiares, o envelhecimento da população etc. Daí a razão e o sentido da mesa-redonda Trabalho e Reprodução Cotidiana.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, L. "Inovação tecnológica e segmentação por gênero no mercado de trabalho". In: GITAHY, L. (org.), *Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina*, Campinas/Buenos Aires, IG-Unicamp/Red CII-CENEP, 1994.
- BADINTER, E. XY – *De l'identité masculine*. Paris, Les Éditions Odile Jacob, 1992.
- BARRÈRE-MAURISSON, M. A. et al. *Le sexe du travail. Structures familiaires et système productif*. Presses Universitaires de Grenoble, 1984.
- BATTAGLIOLA, F. et al. *À propos des rapports sociaux de sexe. Parcours épistémologiques*. Paris, CSU/CNRS, 1990 (1ª ed. 1986).
- BILAC, E.D. Gênero, família e migrações Internacionais. Trabalho apresentado no seminário Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo, Campinas, FNUAP/NESUR-Unicamp, mimeo, set. 1994.
- _____. "Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares". In: RIBEIRO, I. e RIBEIRO, A.C.T. (orgs.), *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*, São Paulo, Loyola, 1995.
- DE BARBIERI, M.T. "Gênero y políticas de población. Una reflexión". In: ZENTENO, R.B. e RAMÍRES, E.G. (coords.), *Políticas de población en Centroamérica, el Caribe y México*, México, Inap/IS-UNAM/Prolap, 1994.
- LOBO, E.S. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, resistência e dominação*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- OLIVEIRA, O. de e SALLES, V. "Reprodução social e reprodução da força de trabalho". *Caderno CRH*, Salvador, CRH-UFBA, n. 14, jan.-jun., 1991, pp.7-30.